

Ajuste da economia fica para novo

E. GUALBERTO

Brasília, domingo, 13 de agosto de 1989 11

Governo

OTAVIO VERRISSIMO

A sociedade brasileira deve se preparar para conviver com taxas de inflação entre 30 e 40 por cento ao mês até o final do atual Governo. O pouco tempo disponível para a adoção de medidas de impacto, que devem necessariamente ser negociadas com o Congresso Nacional, e a própria fadiga provocada pela continuidade de seguidas tentativas de ajuste não deixam outra opção aos ministros da área econômica senão deixar a "casa" o mais arrumado possível para que o próximo Governo possa buscar o ajustamento definitivo da economia.

Essa atitude da área econômica decorre também da constatação de que gradualismos não funcionam mais no combate à inflação e pode ser observada nas próprias declarações do ministro da Fazenda, Majlson da Nóbrega. Na última sexta-feira, por exemplo, ele lembrou o comentário feito por um ministro boliviano de que "a inflação é como um tigre e tem que ser abatida com um tiro só".

Majlson afirmou que o Brasil tem o rifle, a bala e o enquadramento exato, mas falta achar quem puxa o gatilho. Para ele, o tiro (o ajuste econômico) terá que ser para valer, pois implicará em contrariar interesses brutais. Esse ajuste definitivo da economia, segundo Majlson, só poderá ser feito por um brasileiro que tenha capacidade de mobilização política. "Só uma grande mobilização nacional viabilizará o ajuste, e isto só deverá acontecer depois da eleição do novo Presidente", disse.

AÇÃO

A visão de que a erradicação da inflação só será possível no próximo Governo não implica, porém, numa atitude de inércia da atual equipe econômica. Mica. Ao mesmo tempo que discute a adoção de medidas como a privatização de estatais, venda de imóveis e extinção de cargos, conforme sugestão das lideranças do Congresso Nacional, o Governo estuda a adoção de medidas complementares que possam dar uma maior margem de manobra ao próximo Presidente. Entre essas medidas adicionais estão o pacote tributário, que deverá ser encaminhado amanhã ao Congresso, e uma reavaliação da

chamada operação desmonte, destinada a promover cortes nos gastos públicos e permitir uma melhor adequação às receitas.

Os ministros da Fazenda e Planejamento trabalham com uma projeção de receita tributária para o próximo ano da ordem de 6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que os gastos com pessoal estão estimados em 4,4 por cento e as transferências para Estados e Municípios em 2,2 por cento. "Somente estes dois itens (gastos com pessoal e transferências constitucionais) já superam a estimativa de receita", alertou o ministro Majlson da Nóbrega aos parlamentares presentes à reunião das comissões de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados, na última quarta-feira.

Mas as preocupações da área econômica ficam mais evidentes quando se traça um quadro da arrecadação tributária nos últimos 20 anos. "A receita proveniente do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em meados dos anos 70 correspondia a 4,7 por cento do PIB. Já no próximo ano essa proporção deverá ser de apenas 2 por cento em relação ao PIB", comenta Majlson da Nóbrega. "O mesmo pode ser observado em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — antigo ICM —, que representava 7,1 por cento do PIB em meados dos anos 70 e em 90 corresponderá a 4,3 por cento".

RECEITAS

E com base nessas projeções e cumprindo o que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias que o Governo deve enviar amanhã ao Congresso Nacional um conjunto de medidas que tem por objetivo introduzir aperfeiçoamentos da legislação tributária, possibilitando a eliminação de distorções e a recuperação de receitas. O conjunto de medidas (também conhecido como pacote tributário) prevê a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e do Imposto de Renda Agrícola. Prevê também a taxação (com alíquota única de 1 por cento) sobre todas as operações feitas em bolsas de valores, corte linear de 50 por cento de todos os benefícios e incentivos fiscais e revisão das alíquotas do IPI.

As medidas contidas no pacote tributário, desde que aprovadas pelo Congresso Nacional, só entrarão em vigor no próximo ano.

Até lá a preservação das receitas se fará exclusivamente mediante a indexação dos tributos ao Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Quanto aos cortes de gastos do setor público para uma melhor adequação ao orçamento é certo que muitas das propostas contidas na chamada Operação Desmonte — que chegou a ser rejeitada pelo Congresso — voltaram a ganhar força e vêm sendo discutidas nas reuniões preliminares entre o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e os secretários-gerais da Seplan, Ricardo Santiago, e da Fazenda, Paulo César Ximenes.

HIPERINFLAÇÃO

Mesmo reconhecendo que o esforço do Governo é, principalmente, no sentido de entregar a economia com uma organização adequada e funcionando muito próximo do "normal", o ministro Majlson da Nóbrega afasta qualquer possibilidade de ocorrência de hiperinflação no período que resta ao atual Governo. "As medidas que foram adotadas a partir da saída do congelamento, em maio, asseguram o controle da economia", afirma.

Segundo Majlson, a experiência de outros países que enfrentaram processos de hiperinflação demonstra que o fenômeno está presente quando existe um desequilíbrio fiscal acentuado, uma corrida entre preços e salários e, em consequência desses dois fatores, uma desconfiança na moeda gerando a dolarização da economia e crise cambial.

De acordo com os dados que o ministro vem apresentando a diversos segmentos da sociedade, é inegável que há uma crise fiscal, mas não existem sinais de descontrole do déficit público. As projeções do Governo apontam para um déficit público no conceito operacional — descontadas as correções monetária e cambial — de 5,09 por cento. "O País já teve déficits maiores (7,7 por cento em 1982, e 5,5 por cento em 1987)", lembra Majlson. "Além disso, o Tesouro vem registrando superávits primários seguidos. Outro dado valioso pode ser abstraído da comparação entre os déficits verificados no primeiro trimestre deste ano e em igual período de 1988. Em 1989 o déficit foi de apenas 0,13 por cento do PIB, enquanto que no ano passado essa proporção foi de 0,39 por cento".